

DIRETRIZES PARA A REINTEGRAÇÃO DAS CRIANÇAS:

Patrick J Reason



www.acolhimentoecd.com.br



www.movimentonacionalpcfc.org.br

GUIDELINES ON
CHILDREN'S
REINTEGRATION



Inter-agency group
on children's reintegration

DIRETRIZES PARA A REINTEGRAÇÃO DAS CRIANÇAS

1. Introdução

É amplamente reconhecido que uma família segura e estável é o ambiente ideal para o crescimento e desenvolvimento de meninas e meninos.¹ Todos os esforços possíveis devem, portanto, ser feitos para reintegrar os milhões de crianças no mundo todo que estão atualmente separadas de volta para suas famílias e comunidades.² A reintegração familiar é o que a maioria dessas crianças e suas famílias querem e a perda do cuidado familiar pode ter um impacto importante no bem-estar e desenvolvimento da criança. Apesar da importância da reintegração familiar, até agora, há limitações de orientações sólidas para a reintegração segura e eficaz. Estas diretrizes tentam preencher esta lacuna. Elas exploram os princípios transversais de boas práticas na reintegração das crianças, e oferecem orientações sobre a elaboração de um programa para trabalhar com crianças, famílias, escolas e comunidades. Elas são destinadas principalmente aos gestores de programas de proteção de crianças em contextos de baixa e média-baixa renda, embora espera-se que os decisores políticos e pessoas trabalhando em ambientes de maior renda também as achem informativas.

Para efeitos das presentes diretrizes, a reintegração é definida como:

o processo de uma criança separada fazendo o que espera-se ser uma transição permanente de volta para sua família e comunidade (normalmente a de origem), para que possa receber proteção e cuidado além de encontrar o sentimento de pertencer e o propósito em todas as esferas da vida.

Assim, estas diretrizes vão além da mera reunificação física da criança com sua família, considerado como um processo de longo prazo na formação de vínculos e apoio entre a criança reunificada e sua família e comunidade.

As *Diretrizes* se destinam a melhorar a reintegração de todos os grupos de crianças separadas em situações de emergência ou não, como as que estão saindo do acolhimento residencial, centros de detenção ou outras instituições, as que estão retornando para as famílias do acolhimento familiar ou das ruas e as crianças que migraram por trabalho, foram vítimas de tráfico ou usadas como soldados.

As diretrizes foram desenvolvidas por um grupo interinstitucional sobre a reintegração das crianças. O grupo foi formado em 2011 para pesquisar e promover práticas promissoras que apoiem a reintegração familiar. Este documento é baseado em extensa revisão da literatura “Reaching for Home” (BCN et al 2013) e consultas com 158 crianças, 127 prestadores de serviços e decisores políticos de 66 organizações não governamentais, doadores e organizações religiosas e agências das Nações Unidas em mais de 20 países. Apesar desta orientação ser relevante para todas as crianças separadas, sua aplicação varia dependendo do contexto, das circunstâncias e das experiências de grupos específicos de crianças. É vital para quem usar as diretrizes aderir aos princípios gerais que nelas estão incluídos, mas adaptá-las cuidadosamente aos detalhes de aplicação.

2. A reintegração nas estruturas jurídicas e políticas internacionais

As diretrizes foram construídas sobre as estruturas jurídicas e políticas internacionais, oferecendo mais detalhes sobre como colocar em prática os princípios incluídos em tais estruturas. As estruturas internacionais existentes destacam os princípios da unidade familiar, a participação infantil e o agir sempre em prol dos melhores interesses da criança. Elas destacam a necessidade de investir em esforços adequados para apoiar a reintegração.

¹ Veja a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, no preâmbulo (ONU 1989)

² A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança define crianças como meninos e meninas com idade inferior a 18 anos de idade, e, como tal, estas diretrizes se aplicam a todos os indivíduos com idade inferior a 18 anos

3. Princípios

3.1 Prioridade da união familiar e a interesse da criança

É fundamental reconhecer a importância central da união da família para o bem estar e desenvolvimento da criança e de explorar ativamente reintegração com a família de origem como primeira prioridade. Famílias e crianças precisam estar no centro de todo o planejamento e apoio à reintegração.

3.2 A reintegração incorporada em sistemas mais extensos de proteção à criança

O apoio seguro e eficaz para a reintegração deve ser incorporado dentro dos sistemas mais abrangentes para proteger as crianças. Deve haver um financiamento adequado para apoiar a reintegração, legislação e orientação claras em todas as fases do processo de reintegração, e uma força de trabalho qualificada em bem-estar infantil que seja capaz de apoiá-la. No entanto, em contextos nos quais um sistema funcionando plenamente não exista, os esforços ainda devem ser feitos para apoiar a reintegração de crianças separadas. Em todos os casos, é importante trabalhar com todas as partes do sistema de proteção da criança, incluindo atores governamentais, grupos comunitários, líderes religiosos, as crianças e as famílias. Também é vital trabalhar com outros sistemas, tais como saúde, educação, justiça e proteção social.

- **Legislação e diretrizes nacionais**
- **Sistema de garantias e profissionais da rede competentes**
- **Orçamento e planejamento e gestão adequado**
- **Previsão adequada de serviços e profissionais**
- **Engajamento de todos os atores**
- **Colaboração com a rede e demais sistemas**
- **Normas sociais apoiadores**
- **Monitoramento e coleção de dados**

Boxe 1: Exemplos de habilidades, qualidades e estratégias de profissionais no apoio efetivo a reintegração

Para apoiar a efetiva reintegração, profissionais precisam de uma gama de habilidades técnicas e de adotar estratégias de reintegração apropriadas. Por exemplo, profissionais precisam saber fazer o seguinte:

Reconhecer diversidade. As experiências de cada criança de separação e reintegração variarão de forma significativa dependendo de fatores como idade, gênero, motivos de separação, experiências durante a separação (como discriminação étnica) e a situação atual dos seus familiares.

Desenvolver um relacionamento carinhoso, mas profissional, com a criança. Se as crianças sabem que podem confiar num adulto de confiança que claramente as valorizam e oferecer um sentimento de pertencimento, as crianças podem assumir seu papel de forma pleno dentro do processo e levantar preocupações que podem surgir. Confiança e continuidade são vitais no fortalecimento de um relacionamento de confiança.

Reconhecer os desafios que crianças e suas famílias podem ter no processo de reintegração. Como exemplo, crianças podem ser preocupadas com a saída do lugar seguro de acolhimento, com todos seus recursos materiais além de relacionamentos ali formados, para seu lar possivelmente em situação precária.

Permitem que crianças tenham a voz. Assim apoia o encorajamento de crianças colocarem suas preocupações e reafirmá-las na sua habilidade de tomar decisões e construir seu empoderamento e controle das suas próprias vidas. Especialmente no contexto de lugares aonde pode ser perigoso

denunciar alguém, os profissionais tem o dever de criar espaços seguros e confiáveis. Até crianças bem pequenas ou crianças com deficiências que podem afetar sua habilidade de se expressar de forma plena, ainda assim podem participar nas decisões, reconhecendo que isto pode necessitar profissionais dedicar um tempo maior e ter as habilidades de apoiá-las.

Identificar e construir potências. É essencial estimular a responsabilidade da comunidade aonde a criança vai voltar. Isto pode acontecer nas seguintes maneiras – por exemplo, pessoas de referência sobre reintegração, apoio de pares locais para crianças e famílias, e eventualmente dar papéis específicos para líderes comunitários e religiosos. Aqui é necessário reconhecer os estigmas (preconceitos) que podem ser barreiras significantes à reintegração e engajar a comunidade nisso para a diminuição nisso.

Agir numa forma culturalmente sensível. É importante identificar soluções que aproveitam métodos locais de cuidado e proteção, e que são alinhados com os valores e crenças da criança, a família e a sua comunidade. Profissionais precisam poder negociar soluções com muito cuidado quando o maior interesse da criança conflita com valores ou práticas culturais.

Enfim, profissionais necessitam certas habilidades para poder trabalhar bem na integração de crianças como empatia, respeito, paciência, perseverança e flexibilidade.

3.3 Use uma abordagem baseada nos direitos

Todos os esforços para promover a reintegração segura e eficaz devem ser baseados na consideração da gama completa dos direitos incluídos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e as leis nacionais relevantes. Todas as crianças, independentemente da idade, sexo, habilidade ou qualquer outra condição, têm o direito à preservação da unidade familiar. Elas têm o direito de participar em todas as decisões que as afetam, e as decisões sobre a sua reintegração devem ser tomadas considerando primeiramente seus melhores interesses.

- **Centralidade da família**
- **Clarificação da situação legal**
- **Documentação da criança**

Boxe 2. Os princípios fundamentais do UNCRC e reintegração de crianças

A não discriminação (Artigo 2): Toda criança tem o direito de desenvolver seu potencial e ser ativamente protegida de todas as formas de discriminação. Isto significa que programas de reintegração não podem discriminar contra qualquer tipo ou grupo de crianças.

O maior interesse da criança (Artigo 3): O maior interesse da criança deveria ser a mais importante consideração em toda e qualquer decisão durante o processo de reintegração, inclusive na decisão da possibilidade ou não de reintegração.

Participação (Artigo 12): Meninos e meninas tem o direito de participar ativamente (conforme sua idade, maturidade, interesse, capacidades em desenvolvimento, etc). Assim significa que crianças devem ter possibilidade de participar nas decisões feitas respeitando sua própria reintegração e coletivamente na possibilidade de transformar programas de reintegração e políticas públicas que atendam às necessidades de crianças.

3.4 Evitar que sejam prejudicadas

Todos os processos de reintegração devem ter como objetivo beneficiar e não prejudicar as crianças. Isto inclui a consideração de questões como a prevenção do abuso pelos funcionários ou demais partes interessadas, o estigma, o consentimento informado e a confidencialidade. Todas as agências devem realizar uma avaliação de risco para identificar e mitigar os riscos associados a cada programa de reintegração e esforços especiais terão de ser feitos em programas que envolvem a advocacia pública ou a sensibilização. Como os benefícios da reintegração normalmente superam os danos, a existência de algum

risco não deve ser usada como desculpa para não reintegrar as crianças.

- **Avaliação plena de risco**
- **Política de proteção**
- **Mecanismos de proteção da criança a abuso ou violência**
- **Consentimento da criança e família**
- **Confidencialidade de informações**

3.5 Envolver um grande número de partes interessadas

É vital envolver um grande número de partes interessadas no processo de reintegração, incluindo crianças, famílias, comunidades, escolas, meios de comunicação, atores governamentais, organizações não governamentais e o setor privado. O mapeamento e a coordenação da reintegração e os serviços relacionados são importantes para uma colaboração eficaz.

- **Encontros coordenados**
- **Formas éticas de comunicação**

Boxe 3.

O papel dos diferentes interessados no processo de reintegração

A Criança: Ajudando a criança a identificar seus potenciais e necessidades é fundamental ao sucesso de programas de reintegração. Crianças podem apoiar uns aos outros e podem provocar mudanças sistemáticas que impactam as causas da separação ou promover investimento maior na reintegração.

A Família: A família tem a responsabilidade principal no cuidado e assim o potencial retorno para o cuidado da família necessita o ativo engajamento dela. Além dos pais ou outras responsáveis, também se torna necessária o envolvimento dos irmãos e família extensa na cooperação do processo de reintegração. Os profissionais deveriam tentar fortalecer os potenciais das famílias e assim identificar e reforçar atitudes e comportamentos positivos.

O Governo: O governo nacional tem a responsabilidade de promover os direitos das crianças e em última instância tem o dever de garantir que a reintegração seja feita de forma segura e efetiva através de leis, política, serviços, orçamento e recursos humanos adequado para o processo de reintegração. Também é responsável para uma judiciária capacitada, equipada e independente, quem podem apoiar na reintegração de muitas crianças. Governos promovem serviços como educação, saúde e serviços sociais que são fundamentais para a reintegração bem-sucedida.

Líderes Comunitários e Religiosos: Comunidades, inclusive de grupos religiosos, podem ter papel fundamental na redução do estigma e discriminação que pode afetar crianças em reintegração assim protegendo elas do abuso, negligência e exploração. Isto dito, um engajamento efetivo pode necessitar mudanças sociais, aonde normas existentes podem propagar a estigma, discriminação e o maltrato da criança. Líderes religiosos e seculares junto a redes comunitários de proteção à criança podem ter papel significativo quando tem um apoio adequado.

Escolas: Como visto na seção 5 destes diretrizes, voltando ou começando a estudar pode se tornar um papel chave no processo de reintegração. Professores e colegas da escola podem ter papel fundamental em garantir que os estudantes novos se sintam aceitos e funcionários das escolas podem monitorar e apoiar crianças em reintegração.

ONGs e Organizações Religiosas: Estas organizações tipicamente desenvolvem práticas inovadoras que podem ser aplicadas de forma mais abrangentes pelo apoio governamental, além de oferecer

capacitação e orientação técnica ao governo, e aonde necessário pressionar governos a proteger os direitos de crianças em reintegração. Necessita-se, entretanto, que as entidades respondam as demandas das crianças e suas famílias promovendo oportunidades regulares para avaliar o apoio e serviços oferecidos. Estas entidades podem provocar crianças conhecer serviços públicos e em alguns casos podem executar serviços como a educação suplementar ou grupos de pais.

Agências do ONU: Agências do ONU podem provocar mudanças para crianças. Podem introduzir a governos nacionais novas ideias de outras áreas do mundo além de mobilizar expertise técnico e recursos. Agências do ONU, como entidade multilateral, tem a posição privilegiada de poder engajar com governos nacionais e regionais e advogar para o direito da criança e facilitar uma coordenação de atores de forma mais ampla.

Mídia: A mídia local pode ser útil em promover práticas positivas em crianças e famílias e assim diminuir os riscos da separação. A mídia pode trabalhar na mudança de atitudes e ajudar em reduzir as estigmas e discriminação sofrido pelas crianças em reintegração. Veja seção 3.4 para ver maiores detalhes sobre os padrões éticos.

Financiadores: Financiadores tem um papel importante para garantir os recursos necessários para reintegração e financiar campanhas de advocacy e promover mudanças em políticas públicas e orçamento. O quantidade que financiadores destinam para reintegração e as expectativas que tenham podem impactar de forma fundamental o sucesso dos programas. Por exemplo se financiadores demandam que a reintegração aconteça dentro de pouco tempo, ou demandar que programas alcancem grandes números de crianças de uma vez, isto pode provocar a pressa demasiada na reintegração que não seja no interesse da criança levando-a a riscos maiores.

Setor Privado: O setor privado pode cooperar no processo de reintegração de formas variadas, como provendo serviços, doando bens, ou ajudando famílias aumento sua renda. Eles também podem afetar de forma negativa o processo, por exemplo, impedindo que crianças trabalhadores separadas das suas famílias voltaram para seus lares. Em outros contextos grandes instituições de acolhimento podem atrapalhar a reintegração por não ser vantajosa financeiramente. É possível que o gestor de instituições de acolhimento tem um interesse em impedir a reintegração quando sua viabilidade financeira dependa do número de crianças nos seus cuidados.

Muitos outros atores como polícias, profissionais de saúde, professores, etc., tem profunda conhecimento das suas comunidades e tem acesso a recursos sociais e económicos que podem apoiar na reintegração.

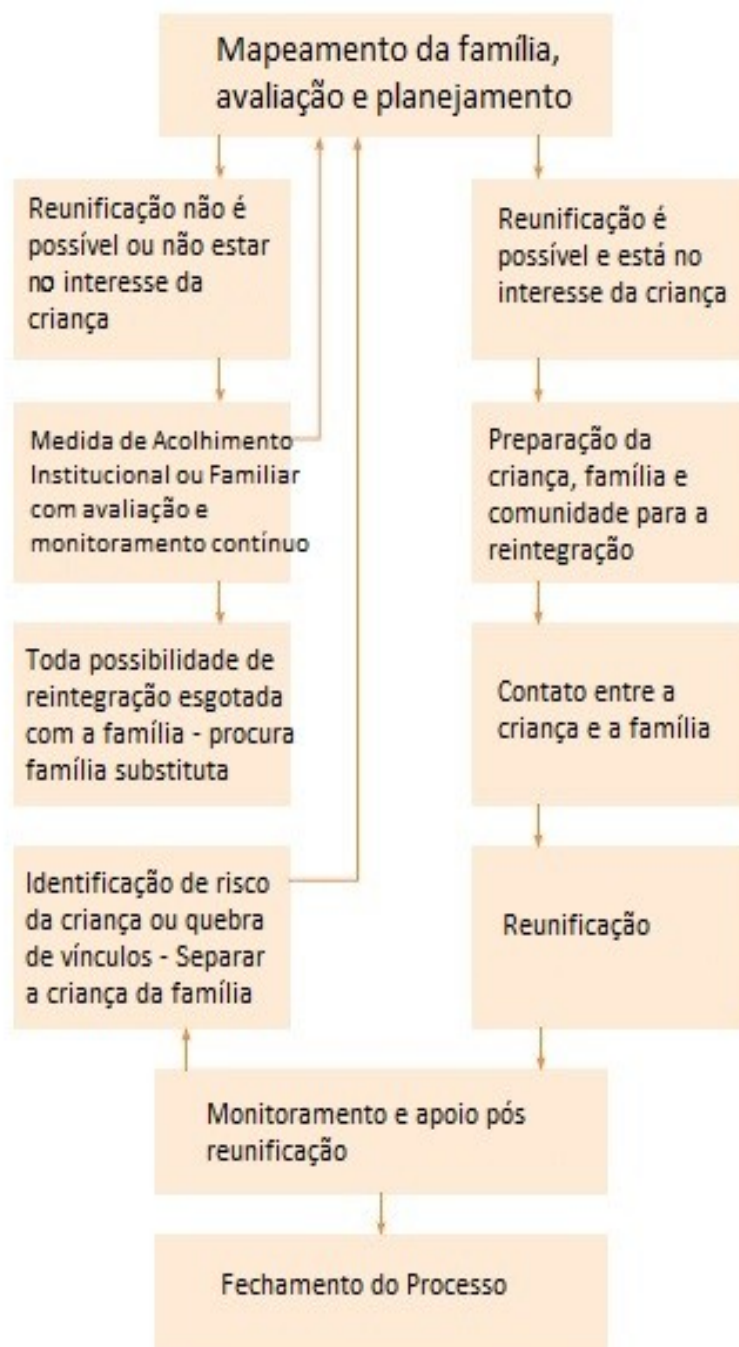
4. Trabalhando com crianças e famílias individualmente

A reintegração bem-sucedida requer um trabalho cuidadoso e intensivo com crianças e famílias para determinar se a reintegração é apropriada, preparar a criança e a família, reunir a criança e a família e oferecer acompanhamento de apoio. Esta seção começa com uma avaliação da abordagem do trabalho de assistência para este apoio individual e logo explora cada etapa da reintegração.

4.1 O trabalho de assistência e o ritmo do processo de reintegração

A reintegração não é um evento único, mas um processo mais longo envolvendo extensiva preparação e acompanhamento de apoio. O tempo adequado deve ser dedicado à cada etapa do processo para permitir que a reintegração aconteça em um ritmo que se adapte às necessidades de cada criança e suas famílias. Um acompanhante deve ser atribuído às crianças e às famílias para apoiá-los durante o processo, o qual deve ser documentado em um arquivo único para o caso.

4.2 As etapas do processo de reintegração



4.2.1 Delinear, avaliar e planejar

O primeiro passo é um funcionário treinado avaliar o bem-estar da criança, identificar e responder rapidamente a quaisquer sinais de abuso, violência, exploração ou negligência.

É vital realizar diversas avaliações aprofundadas de crianças, famílias e comunidades para determinar se a reintegração está entre os melhores interesses da criança. Neste ponto, é importante identificar os riscos associados à reintegração e os recursos que as crianças e as famílias podem aproveitar, considerando todas as áreas de bem-estar, capacidade e desenvolvimento da criança. As crianças e as famílias devem receber informações suficientes para tomarem decisões informadas.

Uma vez tomada a decisão de prosseguir com a reunificação, é importante desenvolver um plano com objetivos e estratégias acordadas para satisfazer as necessidades da criança e da família para a reintegração segura e eficaz. Uma conferência sobre o caso familiar pode ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de um plano, ajudando a garantir que todos os envolvidos no processo de reintegração tenham expectativas realistas e que as capacidades e os compromissos dentro da família sejam considerados.

- ***Avaliação Individual***
- ***Determinação do maior interesse da criança***
- ***Levantamento de familiares***
- ***Avaliação da família***
- ***Avaliação da comunidade***
- ***Desenvolvimento do Plano Individual***

Boxe 4.

Detalhamento de boas práticas na avaliação da criança.

Garantir o bem-estar de cada criança seja avaliada rapidamente por profissionais capacitadas. Toda e qualquer preocupação da integridade física ou mental da criança deveriam receber atendimento (por exemplo angustia emocional ou psicológica, sinais de abuso ou trauma). Crianças com deficiências podem necessitar apoio maior.

Constrói confiança entre a criança e o profissional responsável. Permitir tempo para a criança conhecer o profissional responsável para que cria a confiança de poder dividir suas experiências, medos e desejos. Em nenhum momento a criança deveria se sentir pressionado a voltar para seu lar. Se possível e visto para o melhor para a criança, a equipe técnica deveria compor de pessoas do mesmo sexo para e que fala a mesma língua do que a criança.

Avaliando o ambiente atual da criança. Considerar as consequências positivas e negativas de remover a criança do seu ambiente atual. Discute isto com a criança e seus responsáveis. Todas as ações deveriam garantir o direito a proteção e ao desenvolvimento contínuo.

Considerar todas as áreas do bem-estar da criança e os recursos necessários para a reintegração bem sucedida: Considerar o bem estar físico, educacional, comportamental, social, emocional, espiritual, relacional e material. Identificar os potenciais que a criança traz ao processo de reintegração e os recursos e apoio necessários para uma reintegração bem sucedida.

Consideração cautelosa se a criança deveria ser envolvida no processo legal contra seu explorador ou abusador. Processando traficantes ou outros que exploram ou abusam crianças pode ser importante na busca de justiça para crianças e na prevenção de separação. Isto dito seu envolvimento neste processo pode ser prejudicial no processo de reintegração. Processos legais podem demorar anos e em alguns casos podem atrasar a volta da criança a sua família (pode ser determinação judicial que a criança seja afastada durante o processo) e pode significar que a criança revisita experiências traumáticas do passado uma vez que voltam para sua comunidade e começam a se recuperar. Publicidade em torno do processo ou a mera associação com o procedimento pode levar a estigma. O maior interesse da criança sempre deve prevalecer.

Incluir uma variedade de perspectivas na avaliação da criança. Por exemplo, a criança, assistentes sociais, professores, família extensa entre outros.

Boxe 5.

Princípios no desenvolvimento do planejamento.

O planejamento deveria reconhecer que:

Todas as crianças e famílias tem o que contribuir.

Com o apoio apropriado a criança e a sua família podem tomar decisões bem informadas sobre o bem estar da criança e sua proteção.

O resultado exitoso é mais provável quando a criança e família sejam envolvidos de forma central no processo decisório.

Planejamento deveria:

Ser feito com todos os membros da família e ser pactuado

Identificar recursos que a família tem acesso como serviços ou apoio da comunidades

Colocar objetivos específicos mensuráveis e planejados com linha de tempo, que podem servir como avaliação inclusive antes de fechar o processo.

Cobrir todas as áreas de bem estar e ter indicadores para avaliá-los.

Ser desenvolvido com consideração à segurança da criança e à confidencialidade

Ter um plano de contingência incluindo informação para quem a criança e familiares devem contatar se o planejamento dar errado ou os vínculos se rompem.

Os serviços são encorajados a operar em equipe no processo de planejamento porque promove criatividade e qualidade maior na tomada de decisões. Isto dito isto também necessita transparência e honestidade entre membros da equipe. Quando possível, permita que a criança escolha alguns membros da equipe e convidar membros além da família e instituição principal.

Boxe 6.

Reuniões Familiares

Reuniões familiares incluindo o encontro formal envolvendo os membros da família nuclear e extensa, equipes multiprofissionais e outros oficias relevantes. O processo tem um coordenador ou facilitador que é independente do processo decisório. A reunião família permita a família nuclear e extensa tomar decisões para promover a melhor forma da família cuidar da sua criança. Tipicamente o processo tem quatro fases principais:

Preparação criteriosa (tipicamente de cinco a oito semanas) incluindo o coordenador, que encontra com todos os membros da família e membros da equipe que serão convidados às reuniões.

O alvo é preparar os integrantes provendo informações sobre o processo além de forças e preocupações identificados pelos profissionais envolvidos com a família.

Uma reunião estruturada aonde os profissionais podem esclarecer suas preocupações.

Tempo particular para a família conversar, aonde a família pode desenvolver planos que contemplam as preocupações que foram levantadas.

A apresentação deste planejamento aos profissionais, que irão apoiar a família em implementar o plano somente quando as preocupações foram consideradas e não colocam a criança em risco.

4.2.2 A preparação das crianças e famílias

As crianças e as famílias precisam de uma preparação adequada antes de ocorrer a reunificação. Enquanto meninos e meninas estão esperando para voltar para as famílias, eles podem precisar serem colocados em acolhimento alternativo temporário. Esse acolhimento deve ser seguro, de alta qualidade e permitir que a criança tenha um relacionamento consistente com um cuidador treinado. As agências são fortemente encorajadas a trabalhar ativamente para garantir que as crianças não fiquem presas ao acolhimento alternativo. As agências precisam trabalhar com as famílias e abordar tanto as causas da separação inicial como o impacto dos danos causados pela separação, e a equipe precisa garantir que as crianças e as famílias terão acesso a todas as formas de apoio necessárias e disponíveis para a reintegração segura e eficaz. Por exemplo, pode haver a necessidade de um trabalho intensivo na abordagem da violência, abuso

e negligência dentro das famílias, e do fortalecimento econômico do lar. É importante avaliar as necessidades da saúde física e mental das crianças, oferecer aconselhamento quando necessário e assegurar que haverá suporte contínuo dentro da comunidade para satisfazer essas necessidades uma vez que as crianças retornem para casa. Por último, é vital entrar em acordo sobre os mecanismos para o monitoramento cuidadoso da criança em seu retorno.

- **Garantir um ambiente acolhedor**
- **Confrontar discriminação e questões de identidade**
- **Confrontar abuso, negligência, violência e exploração na família**
- **Atender demandas de saúde mental e física e abuso de substâncias psicoativas**
- **Apoiar a crianças com deficiência**
- **Acesso a educação e habilidades da vida**
- **Fortalecer o orçamento doméstico e apoio financeiro**
- **Outras formas de apoio**
- **Indicar quem fará o acompanhamento pós-reunificação**

Boxe 7.

Considerações na provisão de Cuidados alternativos para crianças esperando a reintegração

Promova que as crianças têm a convivência comunitária e não se isolam. Independente da forma de acolhimento, crianças deveriam continuar estudando e fazer compras no mercado local por exemplo.

Equilibrar as necessidades básicas da criança com condições culturais apropriadas. Meninos e meninas deveriam ser o mais saudáveis e bem alimentadas possíveis antes de voltar ao um ambiente que eventualmente tem uma alimentação mais insegura. Acolhimento deveria promover condições de cuidado em ambientes mais parecidos possíveis a realidade da família de origem, enquanto promovendo condições de cuidado adequados precisam cuidar para não provocar o risco de insatisfação com suas condições familiares originais.

Engajar criança em apropriadas atividades domésticas e decisões, como cozinhar e limpeza, determinando atividades de lazer e participando da rotina diária.

Falar abertamente do alvo compartilhado de reintegração familiar. Profissionais precisam ser preparadas e assim confortáveis com a natureza temporária e profissional em seu relacionamento com a criança. Enquanto deveriam construir relação de confiança deveriam encorajar a criança a transferir estes mesmos sentimentos aos seus pais os responsáveis permanentes.

Acolhem as crianças em local mais próximo a seu lar possível. A proximidade facilita a reintegração. Tem exceções a esta orientação, sendo que a distância da comunidade de origem pode permitir a criança tempo para se restaurar, recuperar e se preparar em paz e num ambiente de calma. Os serviços deveriam tentar avaliar o melhor para cada criança possível neste respeito.

Desenvolver mecanismos de resolução de conflito. Algumas crianças são acostumadas a altos níveis de autonomia e podem resistir limites e orientações. Mecanismos efetivos para lidar com a raiva e conflito podem ser utilizados no lar.

Desenvolver a capacidade da criança atuar de forma autônoma. Algumas crianças tiveram sua autonomia retirada por tempos extensos e assim podem necessitar encorajamento em poder tomar decisões sobre suas próprias vidas. Por exemplo garantir que crianças são envolvidas no desenvolvimento e modificação dos seus planos individuais.

Promover oportunidades para a criança expressar suas emoções de forma segura. (Usando a dança, música, arte e teatro por exemplo)

Criar um ambiente para a curar e a reabilitação. Crianças deveriam ter oportunidades regulares para poder conversar com um profissional de confiança. Crianças que tem passado tempo

prolongado sem a proteção adequada de adultos podem precisar apoio em adotar comportamentos que vão se adequar às expectativas da família e comunidade. Rotina e previsibilidade podem ajudar crianças que tem tido vidas caóticas reduzir sua ansiedade.

Boxe 8.

O apoio profissional na educação da criança

Permita que uma educadora avalie o nível de educação da criança e suas aspirações

Faça uma avaliação das habilidades da criança incluindo na resolução de problemas, comunicação, fazeres domésticas, e trabalhar em promover a adequação

Trabalhar na promoção da cultura de estudar para crianças que estão tempo sem estudar

Avaliar as demandas financeiras à família em poder garantir acesso da criança a escola, e ver se isto precisa se estender aos irmãos.

Formar professores que podem apoiar crianças no processo de reintegração.

Considerar capacitação vocacional.

Trabalhar para promover a acessibilidade física acadêmica e social de crianças com deficiências mentais e físicas.

Encorajar participação em grêmios estudantis.

4.2.3 O contato inicial da criança com a família e a reunificação

Onde o contato entre a família e a criança foi rompido, seu restabelecimento como parte significativa do processo de reintegração precisa ser tratado de forma cuidadosa, especialmente se houver culpa ou medo em ambos os lados. As crianças e as famílias devem ser preparadas adequadamente e o contato deveria ser inicialmente feito através de comunicação remota (por exemplo, por telefone, carta, etc.), seguido de curtos encontros presenciais supervisionados, e então visitas supervisionadas mais longas na casa da família.

Quando as crianças e as famílias estiverem prontas, as crianças podem retornar de forma permanente. A reunificação envolve a transferência formal ou mesmo legal da tutela para a família, e o plano de caso da criança pode também ser transferido para outra agência ou departamento. Cerimônias de transição também podem ser valiosas neste estágio.

- **Contato inicial com a família**
- **Reunificação Familiares**

Boxe 9

Possíveis passos para facilitar o contato inicial com a familiar

- Permitir contato a distância através de carta, e-mail, telefone ou Skype. Esta forma de contato ajuda na remoção de barreiras emocionais e permite que crianças e famílias se autoconheçam de volta. Incluem desenhos, fotos e histórias que podem ser benéficas. Pode ser necessário números cartas e contatos antes de promover contato em pessoa.
- Breve encontros em pessoa entre pais, cuidadores e a criança. Este encontro deveria acontecer com a supervisão de um profissional. Esta visita deveria ser curta e feita para ser um sucesso a todo custo. Os profissionais precisam ter objetivo claro de quais são as necessidades e se possível evitar que seja tomadas decisões durante o encontro. Quando possível o responsável deveria viajar até a criança, demonstrando assim a clara intenção do responsável para a reintegração, sendo que a entidade possivelmente financiará a viagem. Em alguns casos a visita pode ser feita em local neutro por motivos de segurança para não revelar o local da criança.
- Visitas mais extensas com supervisão na casa dos pais ou responsáveis: os objetivos destas visitas são para acessar o funcionamento familiar e a habilidade da criança reajustar à

comunidade e vida doméstica. O profissional deveria ser preparado a intervir em qualquer momento se a criança está enfrentando desafios maiores.

- Visitas extensas sem supervisão na casa dos pais ou responsáveis: estes tipos de encontro só podem acontecer após visitas supervisionadas bem sucedidas. Adicionalmente o profissional precisa confiar que a criança vai se ajustar a vida local e que os pais ou responsáveis podem promover proteção à criança.

Durante esta fase é importante que os serviços garantem que o contato foi reestabelecido com outros irmãos que eventualmente não vivem mais com seus pais e podem ser por exemplo numa outra instituição de acolhimento.

Boxe 10. Possíveis passos no processo de reunificação familiar.

Devolução do cuidado a família. Na medida do possível, pais ou responsáveis escrever seu comprometimento em assumir a responsabilidade para a criança e que eles compreendam as implicações disso. Quando necessário o profissional deveria submeter a documentação as autoridades apropriadas (por exemplo, serviços sociais, juizado e demais autoridades) para aprovação formal. Em alguns casos, a guarda é transferida de forma temporária e depois revisada. Transferência de competência. Se a reunificação acontece fora do município, a coordenação pode ser repassada para outro serviço local. Isso deveria ser feito de forma clara e documentada e com a permissão da criança e sua família.

Documentação de reunificação e matrícula em serviços incluindo a escola. Em casos excepcionais, apoio financeiro pode ser oferecido no momento da reunificação, mas isto deveria ser feito de forma cautelosa. Quando o acesso a comunidade for limitado, a reunificação se torna oportunidade para finalizar processos de encaminhamento de matrícula a escola e no posto de saúde, por exemplo.

Reconhecimento da transição. Crianças são beneficiadas quando recebem apoio apropriado para se despedirem de seus colegas, por exemplo da rua ou do acolhimento, e para discutir como eles podem se manter em contato. A família e/ou comunidade que tem se preparado para o retorno da criança podem querer reconhecer de forma pública com uma cerimônia ou similar. É importante que a criança seja informada das expectativas da comunidade e se sinta confortável em cooperar.

4.2.4 Apoio após a reunificação

As crianças em reintegração se beneficiam do acompanhamento de apoio uma vez que retornem para suas comunidades de origem, incluindo aquelas que voltaram para casa sem a intervenção da agência. É essencial que as agências monitorem atentamente as crianças em seu retorno às famílias. As visitas presenciais são essenciais, embora isso também possa ser parcialmente feito através de ligações. As comunidades podem contribuir para o monitoramento, mas os acompanhantes também devem estar envolvidos.

Crianças, famílias e comunidades vão precisar de diferentes formas de acompanhamento de apoio, que podem incluir a continuação de: apoio na abordagem das causas principais da separação, como a violência doméstica ou a pobreza familiar; assistência para o acesso a serviços básicos como saúde e educação; trabalhar para enfrentar o estigma e a discriminação comumente enfrentados pelas crianças em reintegração; apoio terapêutico e mediação, e apoio para a formação de novas amizades. É vital abordar as causas principais da separação dentro da família e da comunidade para prevenir uma nova separação, e se feita com cuidado, pode fortalecer os esforços mais amplos para evitar separações.

- **Monitoramento do bem estar da criança**
- **Apoio e atendimento pós reunificação**
- **Reunificação derrepente ou emergencial**

- **Estratégias de prevenção e separação**

4.2.5 Fechamento do caso

Os casos de reintegração são fechados quando a segurança e o bem-estar da criança estão seguros e os objetivos do plano mais recente foram cumpridos. Este pode ser um processo difícil para a criança e o acompanhante e deve ser tratado com cuidado.

5. Trabalhando através das comunidades e das escolas

Além de uma abordagem no trabalho de assistência com as crianças e as famílias individualmente, os esforços com as escolas e as comunidades mais amplas são importantes para que a reintegração seja bem sucedida. Tanto as escolas como as comunidades podem ajudar a combater o estigma e a discriminação, e monitorar e apoiar as crianças em reintegração.

6. Monitoramento e avaliação

O monitoramento cuidadoso dos processos de reintegração é vital tanto para assegurar a qualidade das intervenções que beneficiam as crianças como para o aprendizado em geral. O monitoramento e a avaliação deveriam ocorrer em três níveis: o caso individual, o programa da agência e, no geral, os esforços para a reintegração oriundos dos diversos atores envolvidos. As crianças, as famílias e as demais partes interessadas envolvidas no processo de reintegração devem ser consultadas sobre o desenvolvimento de indicadores. O aprendizado também deve ser amplamente compartilhado para melhorar a integração e os sistemas de proteção da criança.

Stage in the reintegration process	Output Indicator	Outcome and Impact Indicator
Tracing, assessment and planning	Number of cases of successful family tracing Number of individual assessments made of child/family/community to determine appropriateness of reintegration Number/percentage of reintegrating children who have a case plan Number/percentage of case plans which are reviewed regularly (every three months)	Child/family feels fully consulted around decisions about reintegration/ the case plan Child/family are clear about the case plan(e.g. about decisions regarding reintegration/the support they will receive) Child/family feel happy about decisions regarding the child's reintegration/the case plan
Pre-reunification support	Number of pre-reunification meetings, visits and calls Support received during the pre-reunification phase, for example: <ul style="list-style-type: none"> • Number and percentage of children who are engaged in life skills-building work/receiving catch-up schooling • Number of support sessions provided to children/families • Number of families/carers provided with support through parenting programmes • Income generation training or start-up support provided to families • Number and description of sensitisation activities carried out with teachers/community leaders/ wider community • Number of children placed in safe/ appropriate alternative care whilst awaiting reintegration 	Children demonstrate an increase in confidence and self-esteem Children demonstrate improved positive behaviours Children have improved their educational level during the preparation phase Children's households are economically stable Children report that they are hopeful for the future Children report that they are ready and willing to return home Families report that they are ready to receive children A reduction in stigma and discrimination within communities Children have a stable relationship with a consistent carer Children have legal identity documents

	<ul style="list-style-type: none"> • Number of children who are supported to get legal identity documents 	
Reunification	Number and percentage of children who have been reunited with families	<p>Children and families are able to accept reunification</p> <p>Families agree to a post-reunification support plan</p> <p>Children feel welcomed into their families</p> <p>Transfer of case files to local authorities</p>
Post-reunification support	<p>Number/regularity of follow-up visits and length of time that follow-up visits continue for</p> <p>Support received post reunification, for example:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Number of reported cases of abuse and neglect (and percentage of these that are responded to/who responds to these cases) • Number of community-based child protection committees supporting children (per 100 children in the population) • Number of social workers supporting children (per 100/1000 children in the population) • Number and percentage of reintegrating and non-reintegrating children who are accessing education • Number of loans provided to families • Number of children and their families receiving health care services, and description of services 	<p>Children have positive relationships with their parents/carers</p> <p>Parents and carers feel supported and are able to confront and challenge any shame or stigma they face</p> <p>Children feel safe in families</p> <p>Cases of child abuse are responded to appropriately</p> <p>Children have improved their educational level during the follow-up phase</p> <p>Children feel welcomed and accepted in the classroom</p> <p>Children/family members have an improved health status</p> <p>Children (and family members) have enough to eat all year round</p> <p>Children and young people do not face stigma and discrimination in the community</p> <p>Children and families are supported</p>
<p>Outcome and impact indicators of the process overall:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Children and families are able to accept reunification • Families agree to a post-reunification support plan • Children feel welcomed into their families • Transfer of case files to local authorities 		

7. Conclusões e recomendações políticas

Dar às crianças separadas a oportunidade de voltar à sua família de origem é um direito fundamental e de importância vital para o bem-estar da criança; assim, governos, ONGs, organizações religiosas, agências da ONU e demais devem apoiar a sua reintegração. Isso pode ser um processo complexo e muitas vezes demorado, e o apoio adequado é necessário para a preparação e o acompanhamento.

A fim de criar um ambiente que é totalmente favorável à reintegração, é importante:

- * Criar orientações e políticas de reintegração das crianças em nível nacional e que estejam de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e sejam guiadas por outras políticas globais e orientações relevantes, incluindo estas diretrizes.
- * Construir uma força de trabalho para o bem-estar infantil com as habilidades e atitudes necessárias para apoiar a reintegração das crianças.
- * Estabelecer um sistema de trabalho para os casos, que apóia as crianças e as famílias através de todas as etapas do processo de reintegração.
- * Coordenar e colaborar com os atores que trabalham no setor de proteção das crianças e com os que trabalham em outros sistemas, incluindo saúde, educação, fortalecimento econômico e os que apóiam as crianças com deficiência.
- * Reconhecer e apoiar o papel fundamental desempenhado pelas comunidades na reintegração das crianças.
- * Trabalhar para resolver as causas principais da separação inicial e da recorrente, como a pobreza e a violência.
- * Desenvolver estratégias para enfrentar a discriminação contra grupos de crianças em reintegração.
- * Avaliar os programas de reintegração e verificar/abordar as lacunas sendo cobertas